

Adir Valdemar Garcia
Adriana D'Agostini
Organizadores

Reflexões sobre
a formação de
professores e
o Pibid-UFSC

GRÁFICA
Copiar
EDITORA

Tubarão-SC
2014

© 2014

Capa , projeto gráfico e diagramação:

Rita Motta sob coordenação da Gráfica e Editora Copiart

Revisão:

Tagiane Mai

Financiadora:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Apoio:

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

R25 Reflexões sobre a formação de professores e o Pibid-UFSC /
Adir Valdemar Garcia, Adriana D'Agostini (organizadores). - -
Tubarão : Ed. Copiart, 2014.
150 p. : il. ; 21 cm
ISBN 978.85.8388.031.8

1. Professores - Formação. 2. Educação - Brasil. 3. Educação
e Estado. 4. Política e educação. I. Garcia, Adir Valdemar. II.
D'Agostini, Adriana.

CDD (22. ed.) 371.12

Elaborada por Sibeles Meneghel Bittencourt - CRB 14/244

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação 7

Pibid: possibilidade e limites da relação entre teoria e
prática para a formação de professores 11

Adriana D'Agostini ▪ Adir Valdemar Garcia

A diminuição da oferta do ensino da língua espanhola no
estado de Santa Catarina: e a Lei nº 11.161, onde está? ...37

Juliana Cristina Faggion Bergmann ▪ Andréa Cesco

Pibid História/UFSC: experiências de iniciação à
docência nas Escolas Básicas Dilma Lúcia dos Santos e
Batista Pereira 61

Andréa Ferreira Delgado ▪ Mônica Martins da Silva

O aprendizado docente no Pibid Inglês 91

Rosely Perez Xavier

A diminuição da oferta do ensino da língua espanhola no estado de Santa Catarina: e a Lei nº 11.161, onde está?

Juliana Cristina Faggion Bergmann¹ • Andréa Cesco²

RESUMO • Como coordenadoras do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência de Letras Espanhol (Pibid Espanhol) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fomos surpreendidas por uma dificuldade inesperada em encontrar colegas professores de espanhol em condições de atender a um dos requisitos mínimos exigidos para a inscrição no referido programa, cujo processo seletivo foi instaurado pelo edital de 2012, qual seja, a participação restrita aos professores efetivamente concursados da rede pública e em pleno exercício de suas funções em sala de aula. Essa dificuldade nos colocou frente a frente com uma realidade que tem se mostrado cada vez mais alarmante: a ausência de professores efetivos

¹ Professora adjunta do Departamento de Metodologia do Ensino (MEN) do Centro de Ciências da Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É líder do grupo de pesquisa “TEMA DIDÁTICO: Tecnologia, Educação e Materiais Didáticos” (CNPq/UFSC).

E-mail: juliana.bergmann@ufsc.br.

² Professora adjunta do Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE) do Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É coordenadora do Núcleo Quevedo de Estudos Literários e Traduções do Século de Ouro e líder dos grupos de pesquisa “Estudos Literários e Traduções do Século de Ouro” e “Criação de jogos e experiências interativas para o ensino de línguas estrangeiras”.

E-mail: andrea.cesco@ufsc.br.

de espanhol nas escolas públicas. O que chama a atenção é que esse movimento acontece após o término do tempo de ajuste da rede pública para a inserção do ensino de língua espanhola, determinado pela Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005. Assim, este artigo tem como principal objetivo discutir o tema do ensino da língua espanhola nas escolas da rede pública municipal e estadual no município de Florianópolis, contribuindo para um debate sobre essa realidade no Brasil.

Palavras-chave: Língua espanhola no Brasil. Ensino do espanhol. Escolas públicas. Políticas públicas.

Introdução

A importância do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência de Letras Espanhol (Pibid Espanhol) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) nas escolas de Florianópolis e região ficou explícita desde as primeiras ações da coordenação do projeto. Ameaçado de não acontecer por conta da falta de professores que atendessem aos requisitos mínimos exigidos pelo edital, o início do projeto explicitou para alunos e coordenadores pibidianos a difícil realidade do espanhol na nossa região, com a falta de professores concursados nas redes municipais e estadual.

Assim, coube a nós neste texto trazer à tona uma realidade que vem se apresentando de maneira alarmante no estado de Santa Catarina (SC): a redução do número de escolas públicas que ensinam formalmente o espanhol como língua estrangeira no Ensino Básico e a diminuição significativa – chegando quase a zero – das vagas para professores efetivos em exercício nessas escolas, tanto estaduais como municipais.

Em seu livro de 2008, *O ensino do espanhol no sistema educativo brasileiro*, Martínez-Cachero Laseca destacava positivamente a Região Sul do Brasil no que diz respeito ao ensino do espanhol. Segundo o autor, “Todos os diferentes estudos realizados desde 1992, sobre o ensino do espanhol no Brasil, vêm mostrando a sua pujança e extensão na Região Sul, em número de escolas públicas ou privadas, professores, alunos e localidades.” (MARTÍNEZ-CACHERO, 2008, p. 132). A expectativa e o otimismo do autor em relação à Região Sul não terminam aí. Ele chega a afirmar que “[...] se observa na região Sul a adoção de medidas por parte das autoridades educativas que estão possibilitando um contínuo progresso do ensino do espanhol na zona e isso apesar de que a aprovação da Lei foi inicialmente objeto de certa oposição” (MARTÍNEZ-CACHERO LASECA, 2008, p. 133).

O espanhol nas escolas estaduais de Santa Catarina

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),³ Santa Catarina possui 295 municípios. Destes, 47 (16%) ofereciam o ensino do espanhol na rede pública no ano de 1998, segundo o trabalho de campo de Manuel Calderón, desenvolvido para a *Consejería de España*. São eles: Florianópolis, Abelardo Luz, Araranguá, Balneário Camboriú, Barra Velha, Blumenau, Caçador, Camboriú,

³ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitiba, Dionísio Cerqueira, Gravatal, Herval D'Oeste, Ipumirim, Irani, Itaitópolis, Itajaí, Itapiranga, Joaçaba, Joinville, Lages, Mafra, Maravilha, Nova Veneza, Palhoça, Papanduva, Piçarras, Rio do Sul, Rio Fortuna, São Bento do Sul, São Domingos, São José, São José do Cedro, São Miguel do Oeste, Seara, Sombrio, Tangará, Trombudo Central, Tubarão, Videira, Xanxerê e Xaxim. Já de acordo com o Informe MEC/SEB de 2005, no ano de 2005 seriam 158 escolas com espanhol e 168 professores da disciplina (Tabela 1).

Tabela 1 – Dados do ensino de espanhol na rede pública de SC em 2005

	Escolas estaduais que oferecem o espanhol	Número de alunos	Professores admitidos em caráter temporário nas escolas estaduais	Professores efetivos nas escolas estaduais
2005	158	24.981	71	97

No ano de 2013, segundo dados recentes enviados pela Diretoria de Educação Básica e Profissional⁴ do estado de Santa Catarina, a pedido da Associação de Professores de Espanhol do Estado de Santa Catarina (Apeesc), 119 municípios (ou seja, 40,33% do total de municípios do estado) ofereciam o espanhol como língua estrangeira

⁴ Informação nº 3.680/2013, Secretaria de Estado da Educação, Estado de Santa Catarina.

em suas escolas estaduais⁵ e 50.400 alunos estavam oficialmente matriculados na disciplina de Língua Estrangeira/Espanhol. Quanto ao número de professores que atuavam nas escolas estaduais, 139 eram efetivos e 198 eram admitidos em caráter temporário (ACTs). Ou seja, havia muito mais professores temporários de espanhol do que de efetivos atuando na rede estadual de ensino (Tabela 2).

Tabela 2 – Dados do ensino de espanhol na rede pública de SC em 2013

	Municípios que oferecem o espanhol	Número de alunos	Professores admitidos em caráter temporário nas escolas estaduais	Professores efetivos nas escolas estaduais
2013	119	50.400	198	139

Se retrocedermos dez anos, em um levantamento feito em 2003 (Tabela 3), apesar de não termos dados completos com a relação de todos os municípios de Santa Catarina e com dados referentes ao número de professores, temos registros⁶ de que 35 municípios ofereciam o espanhol a 20.285 alunos. Ou seja, 29,41% dos municípios de Santa Catarina que trabalhavam com o espanhol já possuíam (em 2003) quase metade dos alunos registrados em 2013. Se

⁵ Ainda não temos dados de todas as escolas municipais em SC que oferecem espanhol.

⁶ Sistema Estadual de Registro e Informação Escolar, Cadastro de estabelecimentos de ensino por regional de educação, município e dependência administrativa - SC, 2003.

seguirmos essa proporção, podemos arriscar dizer que, em 2013, o estado deveria ter cerca de 68.969 alunos estudando o espanhol, ou seja, quase 20 mil alunos a mais do que tem atualmente. Considerando esses dados, isso indica que o ensino de espanhol nas escolas estaduais diminuiu substancialmente nesses últimos dez anos.

Tabela 3 – Dados do ensino de espanhol na rede pública de SC em 2003

	Municípios que oferecem o espanhol	Número de alunos
2003	35	20.285

Professores efetivos e temporários no estado de Santa Catarina

Outro dado que chama a atenção é a grande quantidade de professores com contratos temporários atuando na área de espanhol no estado de Santa Catarina. Essa não é uma realidade exclusiva da disciplina de língua espanhola, como veremos. Entretanto, algumas características específicas da disciplina, como sua baixa carga horária, por exemplo, transformam a área em um campo fácil para essa prática, sob a alegação de que os professores precisam trabalhar em diferentes unidades escolares para cumprir a carga horária mínima exigida.

O caso de Santa Catarina é alarmante. Segundo dados obtidos a partir do Censo Escolar de 2012,⁷ 59,8% dos

⁷ Dados oficiais sobre os Censos Escolares podem ser obtidos no site do Inep: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

professores atuantes na rede pública estadual são temporários, o que significa que esses profissionais têm menos direitos que os efetivos, além de não terem estabilidade no trabalho. Quando consideramos os números brasileiros, Santa Catarina se encontra na sexta posição, entre os 27 estados da Federação, segundo o gráfico da figura 1, elaborado pelo *site* UOL Educação⁸ no mês de maio de 2013.

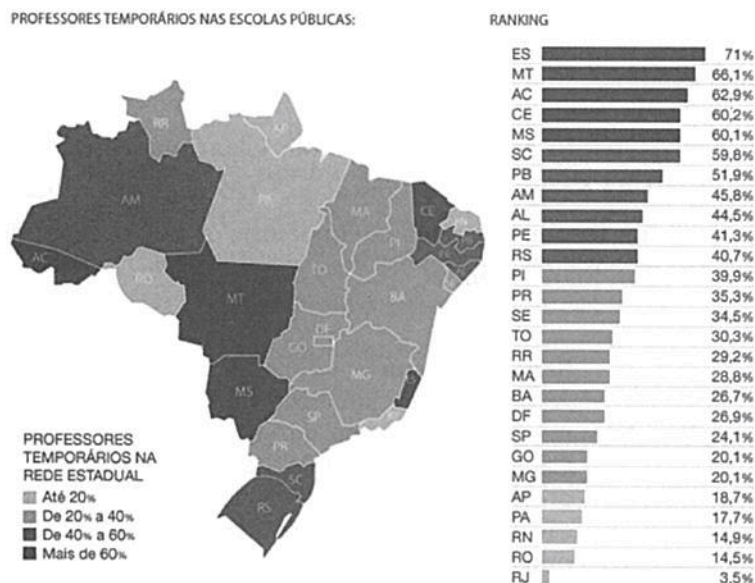


Figura 1 – Professores temporários nas escolas públicas de SC

Fonte: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/05/08/levantamento-do-uol-faz-mapa-de-contratacao-temporaria-de-docentes.htm>>.

⁸ Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/05/08/levantamento-do-uol-faz-mapa-de-contratacao-temporaria-de-docentes.htm>>. Acesso em: 25 maio 2013.

Como podemos constatar através do gráfico, o estado de Santa Catarina possuía em 2012 um número bem alto de professores temporários, situação que – a prática nos mostra – não foi alterada em 2013. É o pior resultado entre os três estados da Região Sul. De acordo com os dados, Paraná apresenta 35,3% de professores com contratos temporários e Rio Grande do Sul 40,7%, ocupando a 13ª e a 11ª posição, respectivamente. Apesar de melhores, esses números estão longe do aceitável, pois, em todos os três estados do Sul do Brasil, temos mais de um terço do corpo docente formado por professores não efetivos.

Quanto aos dados de Santa Catarina, a justificativa oficial da Secretaria de Educação,⁹ em resposta à indagação dos jornalistas Suellen Smosinski e Lucas Rodrigues (2013b), foi a seguinte:

Santa Catarina

A Secretaria de Educação de Santa Catarina informou que ‘o número de professores Admitidos em Caráter Temporário – ACTs – passou a ser mais expressivo a partir de 2010 em função da implantação progressiva de programas e projetos, em cumprimento de legislação específica e provenientes do MEC (Ministério da Educação), tais como: SAEDE, Inclusão Social, Professor Orientador (de Tecnologia Educacional, de Laboratório de Biologia, de Laboratório de Física, de Laboratório de Química, de Laboratório de Matemática, de Convivência e Leitura), Ensino Médio Inovador/Integral e Correção de Fluxo (este já extinto), que, atualmente, somam

⁹ Nota oficial de 7 de maio de 2013, publicada em 8 de maio de 2013.

5.627 contratos temporários'. 'Outro motivo que leva a contratação de ACTs é em estrito cumprimento de necessidades de cada Unidade Escolar, para atender as diversas situações de afastamentos legais temporários e permanentes de professores efetivos'. (SMOSINSKI; RODRIGUES, 2013b).

Sem entrarmos aqui no mérito da justificativa oficial dada pela Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina, a realidade é que uma grande quantidade de professores temporários atuando nas escolas é um desserviço à educação e ao trabalho que deve ser desenvolvido nas unidades escolares. Isso porque a rotatividade dos profissionais afeta diretamente a estrutura da escola, seu planejamento a médio e longo prazo, a forma como as relações ali são estabelecidas e, conseqüentemente, as práticas pedagógicas desenvolvidas na unidade escolar.

Entre os especialistas da área, há também uma unanimidade no que se refere a essas dificuldades. Para o professor Luiz Carlos Novaes, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), por exemplo, em entrevista às jornalistas Suellen Smosinski e Simone Harnik (2013a), em maio de 2013, “o contrato temporário afeta o trabalho pedagógico de forma muito grande. Uma hora os professores estão em um lugar, uma hora estão em outro. Você divide os professores e a escola não aguenta esse nível de precarização”. Para ele, “não é possível falar de qualidade com essa situação” – que chama de institucionalização do precário. “É preciso efetivar o temporário, dar melhores condições de

trabalho para ele. Essa provisoriedade que marca o trabalho do temporário não pode continuar.”

Se consideramos o mercado de trabalho atual, há uma organização do trabalho em que predomina a flexibilização dos contratos laborais, o que, em muitos casos, produz uma precarização das condições de trabalho. Nessa realidade social, o profissional da educação, assim como outro profissional qualquer, também é afetado por essa possível (e cada vez mais forte) precarização. Dessa maneira, “o trabalhador da educação não está imune às mudanças pelas quais passa o conjunto dos trabalhadores”; logo, os docentes “também estão submetidos às duras regras do jogo do mundo da produção capitalista” (VIEIRA; MACIEL, 2011, p. 160).

A situação acaba sendo bastante cômoda para os órgãos públicos, já que, como seguem afirmando Vieira e Maciel (2011, p. 160),

Aquilo que era para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público torna-se regra, prática absolutamente normal por parte do Estado. Ao tornar-se normal não há porque implementar ações coletivas para mobilização, discussão, questionamento e embates em relação ao quadro que está instalado e que vem se consolidando ano a ano [...]. É certo que essa forma de contrato apresenta-se como opção interessante ao contratante, no caso o Estado, já que sem aumentar o número de servidores públicos efetivos mantém em funcionamento a instituição pública.

Considerando agora o desempenho dos alunos, o economista e professor do Insper Naercio Aquino Menezes

Filho, em um estudo com os resultados da rede estatal de São Paulo no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) de 2008 e na Prova Brasil de 2007, constatou que manter um corpo permanente de professores acarreta melhores resultados. Através dos dados levantados, foi possível detectar que 57% das escolas com os piores desempenhos no Saresp enfrentavam problemas de frequentes faltas dos professores, enquanto nas escolas com os melhores resultados o grupo era de 32%.

Além disso, outro dado levantado pelo estudo afirma que o desempenho dos alunos estava diretamente relacionado à estabilidade do corpo docente da unidade escolar. Quanto maior era a porcentagem de professores com vínculo empregatício estável na escola, melhor era o desempenho dos alunos. “Nota-se que, em 43% das melhores escolas na Prova Brasil [2007], mais de 76% de seus professores possuem vínculo empregatício estável. Esta proporção diminui para 21% das escolas com pior desempenho escolar.” (MENEZES FILHO apud SMOSINSKI; RODRIGUES, 2013b).

O espanhol nas escolas do município de Florianópolis

Como coordenadoras do subprojeto de Letras Espanhol do Pibid da UFSC, fomos surpreendidas por uma dificuldade inesperada em encontrar colegas professores de espanhol em condições de atender a um dos requisitos mínimos exigidos pelo edital, que era a obrigatoriedade de participação de professores concursados da rede pública e em efetivo

exercício de suas funções em sala de aula. Essa dificuldade nos alertou – a nós, professoras da universidade, e aos pibidianos – para uma realidade que tem se mostrado bastante preocupante: a ausência de professores efetivos de espanhol nas escolas públicas.

Um primeiro levantamento nos aponta que atualmente apenas duas das vagas de professores de espanhol das escolas estaduais da cidade de Florianópolis são ocupadas por professores nessas condições, sendo as outras oito ocupadas por ACTs que, sem dúvida, desenvolvem suas atividades da melhor forma possível dentro das escolas, mas que não possuem estabilidade em seus postos, podendo ser transferidos para uma outra escola ao final do ano, do semestre ou mesmo no meio deste.

Se nos concentrarmos, portanto, apenas no município de Florianópolis, nosso primeiro foco no Pibid, comparando dados sobre a situação da língua espanhola nas escolas estaduais nos anos de 2003 e 2013 (Figura 2), podemos verificar que, em 2003, das 26 escolas estaduais, 13 escolas ofereciam espanhol como língua estrangeira, ou seja, 50% das escolas. Em 2013, temos 47 escolas estaduais – 21 escolas a mais – de acordo com o censo escolar realizado em 2012,¹⁰ e apenas nove escolas ofereciam o espanhol. Isso significa que em 2013 menos de 20% das escolas ofereciam o espanhol como língua estrangeira.

¹⁰ Censo escolar - Sistema Educacenso 2012.

Ensino de ELE Florianópolis

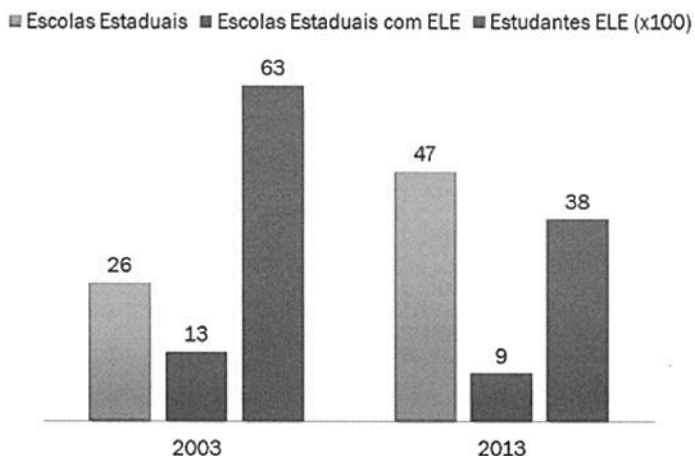


Figura 2 – Comparativo da situação da língua espanhola nas escolas estaduais de Florianópolis entre os anos de 2003 e 2013

Além desses dados, verificando o número de alunos, temos os seguintes resultados: em 2003, as escolas estaduais de Florianópolis tinham 6.320 alunos de espanhol; já em 2013 esse número caiu para 3.789. Ou seja, houve uma redução de 40,05% de alunos, conforme mostrado na figura 3:

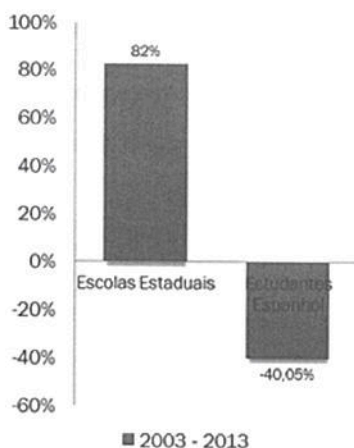


Figura 3 – Comparativo entre o número de escolas que ofereciam o espanhol como língua estrangeira nos anos de 2003 e 2013 e entre o número de alunos que estudavam o espanhol como língua estrangeira nas escolas da rede estadual nos anos de 2003 e 2013

Gostaríamos de mencionar o caso de duas importantes escolas estaduais que, pela proximidade física com a universidade, tinham parceria com a coordenadoria de estágios do departamento de Metodologia do Ensino (MEN/UFSC) e recebiam alunos para estagiar no espanhol: a EEB Getúlio Vargas, que em 2003 contava com 2.189 alunos de espanhol, distribuídos entre Ensino Fundamental (5^a a 8^a séries), Supletivo de Ensino Fundamental (5^a a 8^a séries) e Ensino Médio; e a EEB Simão José Hess, com 299 alunos do Ensino Médio. A primeira estava com apenas três turmas, e poucos alunos em cada uma; a escola informou que não ofereceria mais o espanhol a partir de 2014. Quanto à segunda, ela não oferece mais o espanhol na grade curricular.

Tabela 4 – Comparativo entre o número alunos estudantes de espanhol como língua estrangeira nos anos de 2003 e 2013 nas escolas EEB Getúlio Vargas e EEB Simão José Hess

	EEB Getúlio Vargas	EEB Simão José Hess
2003	2.189 alunos	299 alunos
2013	menos de 100 (três turmas)	0 alunos

Quanto às escolas municipais de Florianópolis, no momento só temos informações atuais. O que nos chama a atenção é que, segundo dados que nos foram enviados, das 35 unidades educativas de Educação Básica, apenas quatro oferecem o espanhol como língua estrangeira, ou seja, apenas 11,42% das unidades. Quanto ao número de professores, temos apenas quatro, sendo três temporários e um efetivo, e isso para atender a 697 alunos. Quanto aos sete Núcleos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), cujo número de alunos chega a 715, essa realidade não é diferente: há apenas sete professores, e todos eles temporários. Ou seja, cada professor tem mais de cem alunos.

Tabela 5 – Dados de 2013 sobre o ensino de espanhol como língua estrangeira nas escolas municipais de Florianópolis

	Escolas	Escolas com ELE	Professores	Alunos
Educação Básica	35	4	4 (3 temporários + 1 efetivo)	697
EJA	7	7	7 temporários	715

Não há perspectivas de um grande aumento no número de contratações. Um exemplo é o último concurso estadual para ACTs (Edital nº 21/2012/SED - SC), ocorrido no mês de outubro, em que, das 2 mil vagas para professores, apenas 22 estavam destinadas ao ensino do espanhol como língua estrangeira, sendo apenas duas na grande Florianópolis. De todas as disciplinas do concurso, apenas alemão e italiano, também línguas estrangeiras, são menos privilegiadas em número de vagas.

Um levantamento realizado nos editais de concurso para a educação, de 2005 a 2012, da Prefeitura de Florianópolis (FEPESE, 2013), revelou-nos que em sete anos o espanhol teve apenas duas vagas para professor efetivo no Edital nº 008/2010. Nos demais concursos realizados, as vagas foram para professor temporário (editais de 2009 e 2010), substituto (edital de 2011) e reserva (editais de 2006 e 2012).

Já no que diz respeito aos concursos estaduais, no ano de 2004 o concurso da Secretaria de Educação (Edital SED nº 066/2004) abriu 44 vagas para professores de espanhol, sendo 16 destinadas ao Ensino Fundamental Anos Finais e 28 para o Ensino Médio.

A busca por possíveis causas

As consequências dessa realidade a curto, médio e longo prazo ainda precisam ser investigadas com maior profundidade, mas a redução das turmas de espanhol oferecidas nas

escolas já acontece de forma alarmante. Em uma pesquisa rápida realizada com algumas escolas, sobre a retirada do espanhol da grade curricular ou sobre a ausência de espanhol na escola, obtivemos algumas justificativas de professores e diretores para a não oferta da língua no currículo: *“Porque falta interesse dos alunos e quando ele faz a matrícula opta por inglês”, “Porque não está na grade curricular”, “porque faltam professores qualificados”, “porque a carga horária é muito pequena”* ou, ainda, *“porque o governo não contrata professores”*.

Se nos detemos às quatro últimas justificativas dadas pelos professores e diretores das escolas, vemos que elas têm fundamento, especialmente quando analisamos a proposta curricular da Prefeitura Municipal de Florianópolis - Ensino Fundamental Anos Finais, elaborada em 2011, que não inclui a língua espanhola em nenhum de seus anos de estudo, o que prova a falta de incentivo político para o ensino da língua. Essa ação nos leva a prever a progressiva extinção do espanhol, visto que é natural que os alunos escolham para estudar (se essa opção lhes for dada) no Ensino Médio uma língua que já conhecem, que nesse caso será o inglês, a qual eles estudaram durante todo o Ensino Fundamental Anos Finais.

Esse movimento de redução da carga horária de língua espanhola no currículo da escola acontece em vários estados do país. No Rio de Janeiro, por exemplo, esse cenário também já vem se desenhando desde 2012. Em carta enviada à Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, a Associação de Professores de Espanhol do Estado afirma que,

Conforme declaração da subsecretária [em] reunião [realizada em 2 de março de 2012], a partir do presente ano, haverá redução de carga horária de Língua Espanhola na matriz curricular e, em 2014, restrição a possíveis oficinas, de caráter 'eletivo', no turno da tarde, em unidades escolares chamadas 'Ginásios Cariocas'.

Outro exemplo é o estado de Minas Gerais, onde o movimento de diminuição do ensino da língua espanhola vem sendo percebido há um tempo e discutido em eventos científicos desde o ano de 2010. Em texto publicado nos Anais do I Congresso Internacional de Professores de Línguas Oficiais do Mercosul, Amaral e Almeida (2010) chamam a atenção para o efeito contrário provocado pela Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005, conhecida como a Lei do Espanhol. A previsão dos autores era de que até 2012 as escolas estaduais não estariam mais ensinando o espanhol em sua grade curricular.

Segundo Amaral e Almeida (2010), esse efeito contrário acontece por causa da própria lei, que deixa em aberto a possibilidade de oferta da disciplina no horário regular de aula. Muitas escolas se valeram desse precedente para ofertar o ensino da língua na sexta aula, visto que a matrícula é facultativa para o aluno. Em suas pesquisas, encontraram, inclusive, a preocupante situação em que escolas que já ofereciam o espanhol em suas grades também utilizaram esse argumento para retirar a oferta da língua no currículo regular.

Para Martínez-Cachero Laseca (2008), outro efeito negativo da lei foi uma superestimação das reais necessidades do número de professores. De acordo com o autor, a

superestimação do número de docentes necessários não produziu nenhum efeito positivo, ao contrário, achamos que causou evidentes prejuízos no momento de sua implantação. As cifras de milhares de professores de espanhol fizeram com que determinadas secretarias de educação tenham decidido, assustadas diante da magnitude das mesmas, não fazer nada considerando que lhes era impossível cumprir a lei. (MARTÍNEZ-CACHERO LASECA, 2008, p. 237).

Outro fator que, sabemos, tem contado muito para as escolhas pela língua espanhola ou inglesa na escola é a tradição brasileira de ensino do inglês como língua estrangeira no currículo formal. Com isso, a existência prévia de professores de inglês na escola cria uma barreira natural da comunidade escolar para a entrada do espanhol, que corresponderia a uma “concorrência” com outra língua estrangeira e, é claro, à diminuição das aulas de um professor que já faz parte do quadro de profissionais da escola.

Considerações finais

É unânime entre pesquisadores da área o fato de que os números apresentados oficialmente pelas secretarias de educação do estado de Santa Catarina e do município de Florianópolis são incoerentes e discrepantes, o que dificulta o diagnóstico e a tomada de atitudes em ações concretas, tanto da parte do governo, quanto da parte das associações de professores.

Como consequência dessa falta de precisão no levantamento de dados, percebe-se que as ações políticas têm

sido isoladas e sem o devido critério para a tomada de decisão, considerando apenas a necessidade de solucionar problemas emergenciais, como o da falta de professores, por exemplo. Não há um planejamento em médio prazo que possibilite a consolidação do ensino de espanhol na escola, assim como a sua qualidade e estabilidade.

Todas essas questões nos mostram que esse é apenas o início de uma pesquisa urgente e necessária, com um levantamento de dados minucioso, sistemático e preciso, para que seja possível em médio prazo o estabelecimento de ações concretas, em prol do fortalecimento da língua espanhola na rede pública de Ensino Básico de Santa Catarina.

No entanto, através do Pibid Espanhol, que promove a integração entre a Educação Superior e a Educação Básica, acreditamos que essa realidade pode, aos poucos, ser modificada, trabalhando no sentido de valorizar e fortalecer a língua espanhola nas escolas e mostrando a necessidade de aprendê-la, através de professores cada vez mais qualificados, pois, nos últimos 15 anos, a demanda do espanhol cresceu a níveis nunca vistos, não só no âmbito estritamente educativo, mas também no empresarial.

Mas, para que essa realidade se modifique, é necessário que tenhamos nas escolas um corpo docente formado por professores efetivos, capazes de desenvolver ações participativas e questionadoras no seu espaço de atuação, com expectativa de continuidade do seu trabalho, o que não acontece com o professor temporário, vindo a incidir negativamente sobre o seu trabalho pedagógico.

Acreditamos que o Pibid pode contribuir para mudar esse cenário, com a constante melhoria do espaço pedagógico da escola, através de discussões e reflexões que possibilitem o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras para o ensino-aprendizagem da língua espanhola; auxiliando o professor da escola na implementação dessas práticas pedagógicas inovadoras e promovendo a aprendizagem colaborativa e a construção coletiva do conhecimento. É fundamental despertar no educador uma visão mais ampla do seu papel como formador de opinião e mostrar novos caminhos a serem trilhados para uma compreensão maior do que seja ensinar línguas.

Referências

AMARAL, E. R. T.; ALMEIDA, E. G. de. Qual o lugar do espanhol nas escolas de ensino médio de Minas Gerais? In: CIPLOM - CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFESSORES DE LÍNGUAS OFICIAIS DO MERCOSUL, 1., 2010, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu, 2010. p. 313-322.

BRASIL. Lei nº 11.161, de 05 de agosto de 2005. *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=08/08/2005>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICOS (FEPESE). Disponível em: <<http://fepese.org.br/index.php?i=14>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estados*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Sinopse do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: 2003*. Brasília: Inep, 2006.

MARTÍNEZ-CACHERO LASECA, A. *O ensino do espanhol no sistema Educativo brasileiro*. Embajada de España en Brasil, 2008. (Coleção Orellana).

RODRIGUES, L.; HARNIK, S.; SMOSINSKI, S. Levantamento do UOL faz mapa de contratação temporária de docente. *UOL Educação*, São Paulo, 8 maio 2013. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/05/08/levantamento-do-uol-faz-mapa-de-contratacao-temporaria-de-docentes.htm>>. Acesso em: 25 maio 2013.

SMOSINSKI, S.; RODRIGUES, L. Contratos temporários de docentes prejudicam desempenho dos alunos. *UOL*, São Paulo, 8 maio 2013a. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/05/08/contratos-temporarios-de-docentes-prejudicam-desempenho-dos-alunos.htm>>. Acesso em: 25 maio 2013.

_____; _____. Para secretarias, dados sobre temporários estão defasados. *UOL*, São Paulo, 8 maio 2013b. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/05/08/>

secretarias-de-educacao-dizem-que-dados-do-censo-escolar-estao-defasados.htm>. Acesso em: 25 maio 2013.

VIEIRA, R. de A.; MACIEL, L. S. B. Repercussões da acumulação flexível no campo educacional: o professor temporário em questão. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, Número Especial, p. 156-169, abr. 2011.